



INSTITUTO DE ESTUDOS  
ACADÊMICOS PARA SÊNIORES

JOÃO PAULO FERREIRA SILVA

# PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA 1807-1808

A INVASÃO DE JUNOT E A REVOLTA POPULAR





JOÃO PAULO FERREIRA DA SILVA

# **PRIMEIRA INVASÃO FRANCESA 1807-1808**

A INVASÃO DE JUNOT E A REVOLTA POPULAR

## FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Primeira Invasão Francesa 1807-1808 : A invasão de Junot e a revolta popular

AUTOR :

João Paulo Ferreira da Silva

EDITOR :

Academia das Ciências de Lisboa

## ORGANIZAÇÃO



Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone : 213219730

Correio Electrónico : [geral@acad-ciencias.pt](mailto:geral@acad-ciencias.pt)

Internet : [www.acad-ciencias.pt](http://www.acad-ciencias.pt)

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2012.

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

LAYOUT E PAGINAÇÃO

João Fernandes /Susana Marques

ISBN :

978-972-623-118-9

# PRIMEIRAS INVASÕES FRANCESAS 1807-1808

## A INVASÃO DE JUNOT E A REVOLTA POPULAR

Eurico Monteiro

### Resumo

Antecedentes. Os Decretos de Berlim e o Bloqueio Continental. Tratado de Fontainebleau entre França e Espanha; as cláusulas secretas. A invasão de Portugal sob o comando de Andoche Junot. A saída da Corte para o Brasil. Junot entra em Lisboa. O Exército português é dissolvido. Os primeiros motins. Portugal sob o domínio de Junot. Revolta contra os franceses de norte a sul. A Junta do Porto. A reacção francesa e a resistência nacional. Os saques. Combate de Évora. O desembarque britânico em Lavos. Wellesley. Combate da Roliça e batalha do Vimeiro. O armistício. A polémica Convenção de Sintra. Os franceses abandonam Portugal. Conclusões e balanço.

### Abstract

Background of the Crisis. Berlin Decrees and Continental System. Treaty of Fontainebleau between France and Spain; its secret clauses. The invasion of Portugal under command of Andoche Junot. Prince Regent Joao VI and the court sail from Lisbon towards Brazil. Junot enters Lisbon. Portuguese Army disbanded. The first riots. Portugal under Junot's rule. Insurrection and revolt against the French spreads throughout Portugal. Supreme Junta organized at Oporto. The French sacks. The Portuguese resistance. Combat of Évora. British troops under Wellesley land at Lavos. Combat of Roliça. Battle of Vimeiro. The armistice and the highly criticized Convention of Cintra. The French evacuate Portugal. Conclusions.

Invasão – Junot – Roliça – Vimeiro – Lisboa / Invasion – Junot – Roliça – Vimeiro - Lisbon

***“A efêmera conquista de Portugal foi a causa de todos os desastres que para a França depois se seguiram.”***

General Paul Thiébauld – Chefe do Estado-Maior de Junot

As causas mais distantes da Invasão de 1807 encontram-se em finais do séc. XVIII. Portugal, cujas tropas haviam combatido, ao lado das espanholas, os exércitos revolucionários na Catalunha e no Rossilhão, irá ver-se continuamente hostilizado pelos governantes franceses. Daí resultaram todos os dilemas e conflitos de uma diplomacia que procurava manobrar entre as permanentes ameaças francesas de invasão, o jogo duplo do governo espanhol que, tradicionalmente inimigo da Inglaterra e procurando sobreviver, aliava-se com algumas reticências a França, e uma Inglaterra tão arrogante em exigir de nós todas as formas de colaboração a que queria julgar-se com direito como relutante em garantir-nos apoios eficazes. Afastar Portugal da Inglaterra era o constante objectivo das exigências francesas. Enquanto lhe foi possível resistiu Portugal a essas exigências e a razão porque o fazia foi expressa pelo príncipe regente numa carta para Napoleão: *“Vossa Majestade sabe que*

*Portugal se compõe de estados dispersos pelas 4 partidas do mundo, que ficariam expostos no caso de uma guerra contra a Grã-Bretanha”.*

Na impossibilidade de invadir as ilhas britânicas Napoleão, em Novembro de 1806, promulga os decretos de Berlim ordenando o fecho dos portos europeus à navegação britânica (Bloqueio Continental). Com esta medida visava enfraquecer definitivamente a Inglaterra, uma economia insular assente no mercantilismo. Mas de certa forma o Bloqueio Continental é uma resposta ao bloqueio que os britânicos haviam imposto à costa francesa desde Brest à foz do Elba em Maio de 1806. Para reforçar esta posição proibirão em inícios de 1807 o tráfego entre portos franceses e aliados a todos os navios neutrais, Portugal incluído bem entendido.

Com o Tratado de Tilsit Napoleão obtivera o fecho dos portos do leste europeu ao comércio britânico. É tempo agora de se ocupar com o ocidente europeu e a Portugal é feito um Ultimato para aderir ao Bloqueio Continental. Mas nas cláusulas secretas de Tilsit já está prevista a ocupação de Portugal. Existia um prémio apetecido: a Armada portuguesa que seria a 5ª ou 6ª à época. Para a França que procurava por todos os meios um equilíbrio ou superioridade naval sobre a Grã-Bretanha não era um prémio a desprezar. E em Portugal, o Príncipe Regente, informado pelos britânicos, sabe da ameaça que pesa sobre o Reino.

Os meses que se seguem são de uma pressão constante e cada vez mais ameaçadora. Em Agosto a França exige agora que sejam sequestrados os bens britânicos e se lhes declare guerra até 1 de Setembro. Portugal está entre a espada e a parede e como consequência é aprovado em Lisboa o projecto de retirar a Corte para o Brasil. A influência do governo britânico nessa decisão é clara. Será um acto político de grande alcance para o país. Pôde-se assim continuar a exercer a soberania em território nacional e evitando as cedências a que a pressão das autoridades francesas acabaria por obrigar o regente. A saída do Príncipe Regente não foi um acto de cobardia (como tantas vezes foi dito). Foi a única solução que permitiu salvaguardar a integridade do Reino (Brasil incluído) e os interesses nacionais. O poder do invasor seria sempre visto como usurpador; o verdadeiro poder nacional ficara intacto, apenas mudara de local. Caso tivesse ficado refém do invasor e numa época em que o rei personificava a nação e de que era o símbolo, teria sido a humilhação suprema. Como escreveu Laura Junot nas suas Memórias, as ordens de Napoleão para Junot eram claras: “não concedei nada ao Príncipe do Brasil, mesmo que prometa declarar a guerra à Inglaterra. Entrai em Lisboa, apoderai-vos dos navios e ocupai os portos”

Em Setembro os ministros de França e Espanha abandonam Lisboa; Navios portugueses em portos sob domínio francês são apesados. A neutralidade tentada pela diplomacia portuguesa torna-se uma miragem e uma impossibilidade. O Exército português, fruto de anos de desleixo estava mal preparado e equipado e tinha desguarnecido as praças de fronteira e sido colocado no litoral; por um lado para dar uma aparência de cumprimento do Bloqueio Continental mas por outro lado para permitir o seu fácil embarque... Não é neutral quem quer mas quem pode e Portugal não podia.

Em Outubro Junot recebe ordens de iniciar a marcha que o trará até Lisboa. É o 1º Corpo de Observação da Gironda. Calculados em 20.000 a 25.000 homens. 3 Divisões de valor desigual. Avança por Burgos, Valladolid, Salamanca, Ciudad Rodrigo e Alcântara. As populações espanholas

recebem-no bem ao longo do caminho. Mas em Alcântara não há nada pronto para o receber, a logística espanhola mostra-se deficiente.

Ainda Junot atravessava Espanha quando em Fontainebleau é assinado o Tratado com o mesmo nome entre os representantes de França e Espanha. É um retalhar e dividir de um país centenário como se de um quintal se tratasse: o Alentejo e Algarve para Manuel Godoy, o Entre Douro e Minho pelo soberano do extinto reino da Etrúria e a região central cuja sorte ficaria para decidir depois...

Na iminência da invasão, o Príncipe Regente, D. João, fizera já saber a Napoleão que iria cumprir as disposições do Bloqueio Continental e, em 30 de Outubro manda prender os ingleses residentes em Portugal. Mas é uma manobra para, neste caso, “francês ver”. A Convenção secreta de 22 de Outubro entre Portugal e a Grã-Bretanha estabelecia com segurança a manobra luso-britânica de pôr a salvo a Família Real e o governo português no Brasil. Mas Portugal “compensaria” largamente a Inglaterra através dos tratados comerciais que estabeleceria com esta. Adivinhando o pior, surge um Aviso Régio para que se guardem as pratas das Igrejas. Entretanto a Frota britânica que pairava ao largo da costa portuguesa prepara-se para, em último caso, não deixar cair a Armada portuguesa em mãos francesas.

Prestes a cruzar a fronteira, Junot faz em Alcântara (Espanha) um proclamação ao povo português com promessas de amizade mas duras ameaças em caso de resistência. A Divisão espanhola de Caraffa junta-se-lhe aqui. Junot optou por entrar pela Beira Baixa por achar ser esse o eixo de penetração que lhe permitia chegar mais depressa a Lisboa. Era uma corrida contra-relógio. E conseguiu até chegar antes da data prevista que era 1 de Dezembro. A 19 de Novembro os exércitos franco-espanhóis entram em Portugal pela ponte de Segura. O trajecto será por Rosmaninhal; Zibreira; Idanha-a-Nova; Castelo Branco. Sofrem as primeiras baixas causadas pelas populações. Mação e Vila de Rei. A Divisão espanhola de Caraffa (7.000 a 8.000 homens) dirige-se para Tomar e daí para o Porto. A Divisão espanhola de Taranco (morrerá em janeiro de 1808 numa congestão) entra em Portugal a partir da Galiza (6.000 a 7.000 homens). A Divisão de Solano (assassinado em Cádiz em Maio, acusado de afrancesado), saída de Badajoz, (8.000 a 9.000 homens) chegará a Setúbal passando por Elvas e Évora. Na prática Portugal é invadido por 50.000 homens. Também a Espanha estava interessada nos navios portugueses. D. João sabe da invasão quando os franceses chegam a Abrantes. Estes encomendam 12.000 pares de sapatos...os oficiais conduziam rebanhos para os venderem...A travessia da Beira Baixa tinha sido arrasadora para os invasores

Na véspera do embarque D. João nomeia os governadores do Reino. Há um exército que poderia ter feito frente aos invasores mas seria sempre uma vitória de curta duração. O próprio exército estava dividido. Alguns acreditavam que o Reino deveria fazer parte do grande império pan-europeu idealizado por Napoleão.

A 27 de Novembro a Corte embarca na Esquadra. A vanguarda francesa está na Golegã. Marcha difícil, campos inundados. Na despedida há uma proclamação dirigida à Nação por D. João VI: “Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei de Itália e que as mesmas se dirigem a esta capital. Querendo eu evitar as funestas consequências que se devem seguir a uma defesa que seria mais nociva que proveitosa, servindo só para derramar sangue em

prejuízo da humanidade, e conhecendo igualmente que a invasão se dirige muito particularmente contra a minha real pessoa e que os meus leais vassallos serão menos inquietados ausentando-me eu deste reino, tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassallos, partir, com a rainha minha senhora e mãe e com toda a real família, para os Estados da América, estabelecendo-me no Rio de Janeiro até à paz geral”. O Príncipe Regente estava talvez ingenuamente esperançado que os invasores respeitassem o povo e os seus bens...

A 29 de Novembro a Esquadra, com 31 navios mercantes e 23 de guerra, sai finalmente a barra do Tejo. Comandava-a o Almirante Manuel da Cunha Souto-Maior. Cerca de 15.000 pessoas mudam de um continente para o outro numa operação de transferência de poder sem paralelo na história portuguesa. Apenas 4 navios britânicos acompanharam a esquadra portuguesa.

No mesmo dia em que a Esquadra sai a barra Junot chega a Sacavém vindo em marchas forçadas desde o Cartaxo. Mas os “prémios” escapam-se-lhe entre os dedos. Personalidades ligadas à Regência e à Maçonaria (Junot era maçã) dirigem-se a Sacavém para pedir a “protecção” de Junot. Novion, (popularmente conhecido como “Nove-Unhas”) francês emigrado e comandante da Guarda Real de Polícia escolta-o. Os franceses residentes também lhe dão o seu apoio. Quem era este Junot?

Jean-Andoche Junot ( 1771 – 1813)

Filho de agricultores iniciou seus estudos em Chantillon, prosseguindo-os em Paris, quando, ao eclodir a Revolução Francesa, se alistou como voluntário no Exército (1791). Figura típica do período revolucionário em que a posição e a celebridade se atingiam por uma mistura de coragem, audácia e espírito de aventura. Durante o cerco de Toulon (1793), no posto de sargento, foi escolhido inicialmente como secretário de Napoleão Bonaparte, acabando por fazer carreira na Itália, no Egipto (1798-1801), na Áustria (1805), na Guerra Peninsular (1807-1808, 1810) e na Campanha da Rússia (1813). Tendo-se distinguido na Campanha da Itália, recebeu um ferimento na cabeça em Lonato, que alguns acreditam lhe tenha causado permanentes transtornos de pensamento e de carácter, afectando-lhe a capacidade de julgamento e tornando-o impetuoso e temperamental. Distinguiu-se e alcançou o posto de General durante a Campanha do Egipto, mas, ferido em duelo, foi capturado aquando do seu retorno como inválido a França. Ao chegar, foi nomeado general de divisão (para sua desilusão já que aspirava ao marechalato) e nomeado Governador-Militar de Paris (1800). Nesta época, desposou Laure Permon. O seu envolvimento com Portugal iniciou-se a partir de 1805, quando serviu um curto período de 5 meses como representante diplomático acreditado em Lisboa, ausentando-se para acompanhar Napoleão em Austerlitz. Da sua presença em Lisboa ficou a memória de amores escandalosos com a Condessa de Ega. O seu marido, embaixador em Madrid era um dos mais apaixonados partidários de França e fervoroso amigo de Junot. De Portugal passou à Áustria, onde combateu em Austerlitz. Nomeado Governador Geral de Parma, no ano seguinte foi nomeado Governador Militar de Paris sendo criticado pelo seu modo de vida faustoso. No comando do Corpo de Observação da Gironda, invade Portugal em fins de 1807, iniciando a Guerra Peninsular. Indicado como Governador Geral de Portugal, foi feito Duque de Abrantes\* por Napoleão (Março de 1808), título, como é óbvio, nunca reconhecido pelas autoridades portuguesas. Diante da revolta portuguesa e da chegada das tropas britânicas em Agosto de 1808, limitado praticamente o seu domínio à península de Lisboa e a fortalezas de fronteira, acabou batido na Roliça e na batalha do Vimeiro, não mostrando grande habilidade estratégica e de organização. Junot propõe

então um armistício que lhe permitiu a retirada: a Convenção de Sintra, assinada a 30 de Agosto. Só graças aos termos extremamente vantajosos da Convenção conseguiu evitar a ida a Tribunal Militar no regresso a França. Voltou a Portugal com as tropas do general Massena (1810), comandando o 8º Corpo de Exército; nesta qualidade sempre defendeu a retirada para Espanha aguardando reforços em lugar de tentar romper a resistência anglo-lusa. Foi gravemente ferido num combate em Rio Maior. Vaidoso e ambicioso, nunca desistindo de alcançar o bastão de Marechal participa activamente na campanha da Rússia (1812). Foi acusado de permitir a retirada do Exército russo após a batalha de Smolensk, embora tenha comandado com distinção na batalha de Borodino, mas, tendo sido criticado pela sua actuação em Valoutina, é publicamente repreendido e destituído do comando. Em 1813 é nomeado Governador de Veneza e interinamente das Províncias Ilírias, dando mostras públicas de loucura, quando aparece num baile completamente nu. De regresso a França, a casa do pai, atira-se de uma janela e morre dos ferimentos provocados pela queda. De espírito temerário mas difícil era conhecido como “Junot la Tempête”.

*\*Duque de Abrantes, e não de Nazaré (campanha do Egipto) porque, segundo parece, Napoleão Bonaparte não gostou de poder vir a ter um "Junot de Nazaré".*

Em Lisboa, Junot, instalado no palacete do Barão de Quintela, vai reunindo o seu exército a conta-gotas. As Divisões espanholas também se colocam no terreno: as forças de Taranco ocupam o país de Coimbra para cima; Solano o Alentejo e Setúbal; Caraffa divide-se entre o norte e a região oeste. O Conselho de Governadores nomeado pelo Príncipe Regente depressa é dominado pelos franceses aí colocados. Hermann passa a administrar as finanças portuguesas. Deixará escrito: “nous avon manqué notre affaire”

Mas o país não está domado. Em meados de Dezembro estalam motins em Lisboa ao ser hasteada a bandeira francesa no Castelo e nos navios que tinham sido deixados no Tejo. O sangue corre. A missa de Natal será proibida para evitar ajuntamentos. Ao mesmo tempo alguma agitação nas tropas portuguesas que tinham ficado no Reino leva ao decreto de Junot reduzindo o nº de regimentos – na prática quase todo o exército é licenciado. Todos aqueles com mais de 8 anos de serviço e menos de 6 meses são afastados. As armas e os cavalos ficam ao serviço dos invasores. É imposta uma contribuição de 100 milhões de francos a Portugal; os bens da Corte e dos que tinham saído para o Brasil são sequestrados, todo o ouro e prata dos templos deve ser recolhido. Os bens são depositados em navios. Ao mesmo tempo os representantes do “iluminismo” além Pirenéus ganham dinheiro como podem: Thiébault faz dinheiro a emitir passaportes, De Laborde ocupa-se das licenças de caça e o próprio Junot faz negócio com a emissão de licenças para navios neutrais que pretendam sair de Lisboa... Á grande e à francesa!

Segundo Acúrsio das Neves, 3 coisas melhoraram em Lisboa: limpeza das ruas, iluminação e maior segurança nocturna, sendo que estas últimas eram do interesse francês que assim acontecesse.

Em Espanha um segundo exército francês sob o comando de Dupont faz a sua entrada. Oficialmente vem reforçar Junot em Portugal mas é o início da armadilha montada por Napoleão sobre Espanha. A confiança espanhola no “aliado” francês custará um reino a Carlos IV.

Os britânicos por seu lado não estão parados. Em finais de Dezembro ocupam o arquipélago da Madeira sob pretextos estratégicos mas também comerciais. A Madeira torna-se uma “refém” em



mãos britânicas, uma forma de forçar o alinhamento nacional com os interesses britânicos. E pensaram seriamente em ocupá-la definitivamente. É aqui que Beresford aprenderá os seus primeiros rudimentos de português. Só deixarão a ilha em 1814 se bem que em Março de 1808 fosse novamente entregue à autoridade da Coroa portuguesa. Entretanto ao longo da costa o bloqueio naval britânico continua. No início de Janeiro, continuando a política de desarmamento do país Junot dissolve as Milícias.

Tropas francesas continuam a entrar em Espanha – a armadilha vai-se fechando. Sob o pretexto de reforçar as forças francesas em Portugal vão entrando Espanha exército atrás de exército. As fortalezas espanholas na fronteira são ocupadas – as verdadeiras intenções desenham-se agora. Que motivos tinha Napoleão para conquistar Espanha deitando fora todos os tratados anteriormente assinados? 5 razões essenciais: Fragilidade militar espanhola / Tornar o bloqueio continental mais efectivo / Pressão de fabricantes franceses por novos mercados/ inimizade aos Bourbons / vontade imperialista

No término da sua viagem atlântica D. João abre os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas, vide Grã-Bretanha. No Reino há revoltas aqui e ali seguidas de fuzilamentos. A 1 de Fevereiro o trono português é considerado vago – o reino é anexado ao império como estado vassalo - o tratado de Fontainebleau com Espanha passa a ser letra morta. O Conselho de Regência destituído – franceses controlam todo o aparelho político – confisco de ouro e pratas das igrejas acentua-se. Junot dissolve as Ordenanças e proíbe a caça em todo o país. O que restava do exército português é desarmado e licenciado. Os franceses continuam a temer um desembarque britânico e têm razões para isso. Estes fazem uma demonstração de força e ocupam as Berlengas em Fevereiro.

Com o que resta do Exército português Junot organiza a Legião Portuguesa – 5 regimentos de infantaria, 2 de cavalaria e 1 batalhão de infantaria ligeira. Afasta assim as melhores tropas e oficiais ao enviar a Legião para França sob o comando do Marquês de Alorna. Era plano já previsto por Napoleão antes mesmo da chegada dos franceses. Portugal ficava definitivamente sem forças militares efectivas. Ao mesmo tempo Junot escolhe alguns “notáveis” para irem a Bayonne prestar fidelidade a Napoleão – pediam constituição liberal e um novo monarca (que podia ser da Casa de Bragança embora Junot se prepara-se para essa possibilidade). Mas Napoleão apenas lhe concede o título de Duque de Abrantes, assim o diz a Gazeta de Lisboa dirigida por Lagarde – monsieur “Lagarto” para o povo. Quem pode (e quer) tenta fugir. O próprio núncio papal foge de Lisboa disfarçado de pescador. Irá juntar-se a D. João no Brasil.

Colocadas a nu as verdadeiras intenções para com Espanha a revolta rebenta em Madrid. Com o monarca espanhol e o seu filho atraídos a França e aí detidos, Napoleão atribui a coroa espanhola a seu irmão José. A rebelião espanhola será determinante para a sorte das forças francesas em Portugal. É impossível separarmos os 2 acontecimentos até porque os britânicos só acreditam na possibilidade de defesa da península ibérica a partir do momento em que as revoltas alastram por Espanha e Portugal. Os vários intervenientes começam a colocar as suas peças no tabuleiro. A Junot interessa-lhe manter o contacto com Espanha onde estão vários exércitos franceses. Loison está em Almeida, Kellerman em Elvas. Entretanto, o bloqueio britânico a Lisboa não tinha conseguido forçar uma rendição pela fome. Pequenos barcos vinham inclusive vender pão à frota de bloqueio...

No início de Junho, com as notícias que chegam de Espanha, a revolta aberta estala em Portugal. Chaves, Bragança Porto. A rebelião, iniciada no norte rapidamente alastrou a todo o país. Chuços, varapaus, foices, armas ferrugentas, pedras, tudo serve para o povo se armar. No Algarve as tropas francesas são obrigadas a retirarem-se para o Alentejo. Os aliados de ontem são os inimigos de hoje. As Divisões espanholas de Solano e Ballesta fazem prisioneiros entre os franceses e retiram-se para Espanha. Grande parte do país fica assim entregue a si próprio, fora do domínio de Junot. Entretanto Junot vai internar as tropas espanholas que restam em Portugal, que são as de Caraffa. Em Lisboa cerca-as no Terreiro do Paço e prende-as em navios no Tejo. Com a saída das forças de Solano e Ballesta e a prisão das de Caraffa Junot fica com um território para o qual já não tem forças disponíveis para controlar. O comércio do Vinho do Porto sofrera enormemente com a invasão. Não é factor a descartar quando vemos que a rebelião se iniciou com mais força a norte. Mas mesmo em Lisboa há grandes motins no dia de Corpo de Deus. A 19 de Junho forma-se no Porto a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino mas em todo o país formam-se numerosas Juntas de governo local (elites locais, militares, vereadores, etc..) O General Bernardim Freire segue de Coimbra para o Porto para tentar organizar um exército nacional. Procura formar um novo exército com os “restos” que lhe deixara Junot. Apresentam-se milhares de voluntários mas há uma grande falta de oficiais, armamento e sobretudo de dinheiro... A Junta do Porto pede auxílio a Inglaterra. Levantam-se numerosos corpos de voluntários de norte a sul do país. Serão o embrião do novo exército. Em 20 de Julho um edital da Junta Provisória do Norte determinava que todos os oficiais inferiores se reunissem sem perda de tempo aos seus antigos regimentos.

Loison sai de Almeida a para tentar recuperar o controle do norte do país mas é obrigado a recuar em Padrões de Teixeira-Mesão Frio. A Régua será a 1ª povoação a ser saqueada por inteiro. “Ir para o maneta” começa a ficar famoso como expressão. Elvas e Almeida (sob cerco), Abrantes, Santarém e o litoral entre Peniche e Setúbal é o território em que Junot se sente forte e onde faz concentrar as suas forças. O Alentejo declara-se em revolta. Em Coimbra, no laboratório de química da universidade fabrica-se pólvora e cartuchos. Devido á rebelião em Espanha Junot fica isolado em Portugal com as ligações cortadas aos exércitos franceses em Espanha. Sabe que está por sua conta e tenta retomar as rédeas da situação com proclamações ao povo: que Napoleão reduz a contribuição que tinha imposto para metade...diz também que a revolta em Espanha se deve ao facto do imperador se ter recusado a desmembrar Portugal como os espanhóis queriam – afirmação cheia de cinismo e hábil oportunismo.

Em finais de Junho o Forte de Santa Catarina na Figueira da Foz é tomado por voluntários de Coimbra comandados pelo sargento Bernardo Zagalo. Será sob a protecção dos seus canhões que as forças britânicas desembarcarão em Agosto. Mas até esse desembarque passará todo um mês de Julho, quente e sangrento.

Há repressões sangrentas em Vila Viçosa e Beja. Proclamação de Kellerman: “habitantes do Alentejo: Beja tinha-se revoltado, Beja já não existe. Os seus criminosos habitantes foram passados a fio de espada e as suas casas entregues à pilhagem e ao incêndio”. Sucinto e esclarecedor. “Livrée aux flames” era uma sentença que aparecia frequentemente no boletim do exército francês. Do lado português não há um poder central reconhecido por todas as Juntas. Há rivalidades no terreno. O papel da igreja foi importante; franceses são vistos como o inimigo de Deus. Há um lado menos “nobre” nestas revoltas: há aproveitamentos e ajustes de contas, vinganças pessoais, ataques aos

“ricos e poderosos”, a todo o suspeito de ser afrancesado, etc.. Em muitos locais o poder caiu na rua. Perdido o acesso a Espanha pelo norte resta a Junot tentar manter aberta a via pelo Alentejo. Loison é mais uma vez chamado ao comando. Foi a mais brutal investida da 1ª invasão. As populações fugiram levando os víveres e muitas vezes envenenando a água dos poços. Prenúncio da política de “terra queimada” que irá ter o seu melhor exemplo aquando da 3ª Invasão. Em 29 de Julho, Évora, sublevada desde 15 de Julho, é violentamente atacada e saqueada após 5 horas de combates. Ao aceitarem um combate segundo os moldes “tradicionais” em campo aberto, as indisciplinadas e mal equipadas forças nacionais foram batidas apesar de uma resistência que chegou a ser tenaz e desesperada. Até aos combates da Roliça e do Vimeiro, o combate de Évora foi o que envolveu maior número de combatentes e que exigiu maior empenho por parte das forças francesas. À semelhança de Évora, Beja, Régua, Leiria e outras, Junot pensou que o “caso” se resolvia com algumas operações de polícia mas enganou-se. Nunca entendeu bem o tipo de conflito que tinha entre mãos. Afinal o inimigo era toda a gente e ninguém! Quando os britânicos chegam, 4/5 do território estavam sem forças inimigas. Por isso Junot faz a única coisa possível: concentra as tropas em Lisboa e na Estremadura. Wellington dirá mais tarde que a revolta portuguesa foi mais surpreendente por os franceses não terem deixado entre nós meios de resistência.

Wellington, saído da Irlanda a 12 de Julho com um corpo expedicionário britânico para desembarcar na Península Ibérica chega à Corunha onde as autoridades locais lhe pedem armas, munições e dinheiro mas não aceitam o desembarque de tropas inglesas. Por isso segue para Portugal. Inicialmente o objectivo britânico é entrar por Espanha. No território português o que lhes interessava mais era o porto de Lisboa, visto como a porta ideal de entrada e saída na Península. Em 23 de Julho conferencia com a Junta do Porto e em seguida com o almirante Cotton que mantinha o bloqueio ao longo da costa. Fica escolhido o local de desembarque. Inicialmente os britânicos pensaram que os franceses tinham menos homens em Portugal e chegaram a pensar num desembarque em Lisboa mas tal revelou-se impossível. Depois pensou-se em Peniche mas a fortaleza continuava ocupada pelos franceses e a opção final acabou por ser a praia de Lavos, afastada do alcance imediato das forças de Junot. A 1 de Agosto começam os desembarques que durarão até ao dia 8. Dificilmente o desembarque teria tido lugar de uma forma tão tranquila sem a retaguarda segura que lhe dava um país em rebelião...

A somar aos 9.000 homens de Wellington somaram-se mais 5.000 vindos de Gibraltar. Era um exército profissional, essencialmente infantaria com grande número de irlandeses e que tinha na disciplina e treino de tiro pontos fortes. Wellington é 4º na ordem de comando. Quanto aos portugueses Bernardim tinha com ele uns 6.000 homens em Coimbra; 2.500 na Beira com o general Bacelar; uns 6.000 no Alentejo e Algarve; o resto no Porto e a cercar Almeida. Mas eram sobretudo homens, sem equipamento e armamento. Wellington e Bernardim encontram-se em Montemor-o-Velho para delinear uma estratégia comum mas não há ideias convergentes. A Wellington interessa o porto de Lisboa, a esquadra russa que lá se encontrava (a Rússia era aliada de França à época) e a saída dos franceses, (pouco lhe importando que estes continuassem nas suas represálias no interior). Bernardim defendia um avanço pelo interior protegendo o norte e precavendo um ataque francês através da fronteira. Wellington talvez tenha pensado que ao desembarcar em Portugal as forças portuguesas ficassem automaticamente sob as suas ordens. Após o desembarque concluído Wellington segue para sul sempre ao longo da costa, sempre com o apoio da esquadra. Wellington

tem cerca de 13.500 homens neste momento. Em pleno mês de Agosto é uma marcha fatigante. Ao saber do desembarque britânico Junot envia o General Delaborde ao seu encontro com o objectivo de ganhar tempo até poder reunir as tropas francesas que andam dispersas a tentar sufocar os focos de rebelião, nomeadamente Loison que ainda se encontra no Alentejo. A 8 de Agosto Delaborde está em Alcobaça mas não se atreve a avançar mais. A 12 de Agosto Wellington chega a Leiria onde recebe os reforços enviados por Bernardim Freire, pouco mais de 2000 homens. O 1º encontro dá-se no dia 15 perto de Óbidos mas não passa de uma escaramuça. Delaborde faz recuar as suas forças e instala-se nas alturas da Roliça. A 16 de Agosto Loison chega a Rio Maior. No mesmo dia Junot sai de Lisboa deixando aí uma guarnição com 3500 homens temendo que uma revolta pudesse ocorrer na sua ausência. Junot percebe que a principal ameaça são os britânicos. Depois de saber onde estão a sua preocupação é reunir o máximo de forças possível e avançar ao seu encontro com toda a rapidez. Junot encontra-se com Loison no Cercal e aí ouvem o barulho do combate da Roliça, percebendo que perderam a corrida para auxiliarem Delaborde.

Na Roliça nenhuma das partes desejava verdadeiramente o combate – Delaborde pretendia ganhar tempo e atrasar a marcha dos britânicos – Wellington pretende obrigar os franceses a retirar até receber mais reforços.

As forças portuguesas não ultrapassariam os 2300 homens (restos de vários regimentos e da cavalaria da guarda real de polícia). Usavam um lenço branco amarrado ao braço esquerdo para se distinguirem dos franceses e eram comandados por um coronel britânico, Trant - “bêbado que nem um cão” segundo Wellington.

Vendo as posições que os franceses tinham ocupado na Roliça e nas colinas da Columbeira Wellington divide as suas forças em 3 colunas tentando envolver os franceses num clássico movimento de pinça e obrigá-los a retirar. Manhã cedo os anglo-lusos iniciam o avanço. Wellington tem uma vantagem de 3 para 1 ao conseguir fazer alinhar uns 15.000 homens contra 4.500 franceses. Até ao fim Delaborde esperou sempre que os reforços de Loison pudessem chegar. Procurando desalojar o inimigo das suas posições os britânicos atacam repetidamente através de um terreno difícil e abrupto; são repelidos várias vezes mas a superioridade numérica acaba por se fazer sentir.

O combate dura todo o dia até ao final da tarde quando Delaborde, ferido, percebe que não pode aguentar muito mais. Os franceses retiram ordenadamente, com uma resistência final no Alto da Zambujeira. Foi um mini Buçaco de certa forma. No Vimeiro será diferente. Delaborde retira até ao Cabeço de Montachique. Mas Delaborde acaba por conseguir o que queria-ganhar tempo! Quanto às baixas, os aliados terão tido umas 500 entre mortos e feridos das quais se contam uns 7 mortos portugueses. Os franceses, 600 e algumas peças de artilharia. A falta de experiência e treino das forças portuguesas leva a que a sua participação fosse pouco mais que simbólica. Nem Wellington estaria disposto a conceder-lhes uma grande intervenção precisamente pela pouca confiança que nelas depositava.

No mesmo dia em que tinha lugar o combate da Roliça, Milícias transmontanas e da Beira reconquistam Abrantes sob o comando do capitão de cavalaria Manuel de Castro Lacerda causando 52 mortos e fazendo 117 prisioneiros franceses.

No dia seguinte ao combate Junot chega a Torres Vedras onde reúne as suas forças enquanto Wellington se dirige em direcção à costa estacionando no Vimeiro para proteger Porto Novo onde desembarcariam novos reforços. Estes chegam a 20 de Agosto sob o comando de Ackland e Anstruther. Desembarcam mais 4.000 homens que darão aos britânicos uma superioridade numérica sobre as forças reunidas de Junot. O objectivo de Wellington era dirigir-se a Lisboa por Maфра na manhã do dia 21, flanqueando assim as forças francesas ao mesmo tempo que se mantinha junto à costa pronto a reembarcar caso as coisas não lhe corresse bem. Nessa mesma noite de 20 ouvem o movimento da aproximação dos franceses. Wellington tinha colocado as suas forças numa série de colinas entre o Vimeiro e a costa, mas na manhã do dia 21 manda reforçar a sua direita que calculou ser a primeira posição a ser atacada.

A batalha tem lugar em 2 zonas separadas por alguns quilómetros: no vale e na colina da Ventosa.

O plano de Junot compunha-se de 2 eixos de ataque; um ao outeiro onde se encontra a povoação, que seria uma diversão, enquanto que o principal seria o da direita sobre a Ventosa, de modo a cortar a retirada aos aliados. A manobra poderia ter resultado se tivesse sido feita simultaneamente mas tal não aconteceu.

Os aliados dispunham de superioridade numérica (19.000 homens x 14.000 homens) mas estavam em inferioridade em cavalaria e artilharia. As forças portuguesas de Trant ficaram junto à povoação de Maceira. Ao largo estavam 30 navios prontos a reembarcar os britânicos se algo corresse mal.

As nuvens de pó pelas 9 da manhã denunciaram os movimentos franceses. Junot, fazendo um reconhecimento sumário das posições aliadas inicia o ataque sobre o Vimeiro ao mesmo tempo que envia 2 colunas em direcção à Ventosa numa manobra de envolvimento. O terreno que os franceses têm de percorrer é acidentado: mato, vinhas, linhas de água. Os franceses fazem 3 ataques sucessivos contra o outeiro onde se situa o Vimeiro. Chegam a disparar a artilharia, que arrastam com dificuldade, a uma distância de 40 ou 50 metros. Mas Wellington coloca a maioria das suas tropas em linha, na contra-encosta, protegendo-as do fogo inimigo e fazendo-as surgir no último momento, com efeitos terríveis para os franceses que atacam em coluna. Na tática da linha contra coluna, a primeira mantém uma superioridade de fogo muito superior.

Sem conseguir vencer a resistência britânica Junot envia as suas melhores tropas atacar em direcção à igreja do Vimeiro. Comandados por Kellerman os granadeiros conseguem chegar à entrada do Vimeiro. Combate-se corpo a corpo, é o momento crítico da batalha. São atacados de flanco, insistem, mas acabam por se ver obrigados a recuar. Devido á mortandade destes ataques o local ganhou o nome de “lagoa do sangue”. Wellington resolve então lançar a sua cavalaria sobre os franceses que retiram mas a carga de cavalaria dos aliados é travada por Margaron. A cavalaria portuguesa desorganiza-se.

Pelas 11 da manhã o combate havia terminado em redor do outeiro mas as duas colunas continuavam em direcção à Ventosa. São a última esperança de Junot. Esperança efémera já que ambas serão também batidas. O General Brenier, ferido, é capturado. As suas tropas são as últimas a entrar em combate. Por este prisioneiro, Wellington fica a saber que os franceses empregaram na

batalha todas as suas reservas ao contrário dos britânicos em que apenas metade do efectivo entrou em combate. Ao meio dia a batalha está no fim. Burrard, superior de Wellington, assume o comando e impede a perseguição ao inimigo. Junot consegue retirar para Torres Vedras sem ser impedido.

Os britânicos têm 700 baixas (130 mortos). As baixas portuguesas são mínimas, 2 mortos, meia dúzia de feridos. Quanto aos franceses têm 450 mortos, 1200 feridos, 300 prisioneiros; perderam 14 peças de artilharia, algumas antes de terem disparado um tiro sequer. Os camponeses e as populações locais matam muitos dos feridos franceses que jazem no campo de batalha. Muitos soldados pilhavam os corpos dos camaradas caídos. Algo normal, ninguém parecia importar-se com isso.

Em Torres Vedras Junot e os seus generais fazem um balanço da situação e resolvem pedir um armistício. Esboçado e assinado por Kellerman do lado francês e por Wellington, por ordem de Dalrymple, o novo comandante britânico. O rio Sizandro marcará a linha divisória do armistício. Os britânicos obrigavam-se a fazer os portugueses suspender armas também. Negociado por Kellerman com grande perspicácia. Junot fazia ameaças de arrasar Lisboa. No fundo os franceses controlavam praças-fortes importantes, fortalezas da barra de Lisboa, a própria cidade, isso poderia ter estendido os combates...é uma grande vitória diplomática para os franceses. Mais do que os próprios franceses poderiam esperar. Fez dos vencidos, vencedores. Os britânicos também temiam que os franceses pudessem avançar para Espanha por Elvas e por isso foram tão rápidos a aceitar o armistício. A 24 de Agosto Moore chega com mais 10.000 homens à foz do Maceira.

A 30 de Agosto é assinada a chamada Convenção de Sintra. Na verdade foi assinada em Lisboa e ratificada em Torres Vedras mas Dalrymple, comandante britânico, enviou de Sintra uma carta ao seu governo com uma cópia da convenção. Daí o nome com que ficou conhecida. Os protestos choveram de todos os lados: protestou o general Bernardim Freire, protestou a Junta do Porto, protestou-se do Rio de Janeiro, protestou-se em Inglaterra. Os comandantes britânicos foram chamados a Inglaterra para se explicarem. Wellington saiu incólume. Nem houve preocupação em “trocar” os franceses pelos soldados da Legião Portuguesa o que não deixaria de causar algum desânimo nestes. A preocupação britânica em terminar com a campanha o mais depressa possível influenciou a forma como foi negociada. O inverno aproximava-se, existia escassez de provisões. E há também por parte dos britânicos uma vontade de entrar por Espanha naquilo que pensavam ser uma campanha relativamente fácil. A Convenção acaba por ser a consagração diplomática da política de rapina.

Em 15 de Setembro os franceses começam a evacuar Portugal. Segue a bordo tudo aquilo a que conseguiram deitar a mão. Não há ninguém que não tenha conseguido um pé de meia. Sente-se alguma perda de confiança e desilusão em relação aos britânicos que se vêem forçados a proteger o desembarque da fúria da população. Nesse mesmo dia a bandeira nacional volta a ser içada em Lisboa. Transportados em navios britânicos os franceses desembarcam em Quiberon e La Rochelle. Um jornal francês noticiou: “os 7.000 franceses que desembarcaram em Quiberon vinham carregados de ouro e não havia nenhum soldado que não trouxesse à volta do corpo cintos repletos de moedas de ouro” Isto explica-se pelos franceses terem derretido prata e ouro do saque e transformado em moedas já que isso não era proibido pela Convenção. São evacuadas um total de

quase 30.000 pessoas: para além dos militares franceses, todos aqueles cujas vidas estariam ameaçadas se ficassem em Portugal.

Tenta-se estabelecer a normalidade governativa. Marcos Portugal rege um Te-Deum em S. Domingos pela vitória aliada. É restaurada a Regência do Reino e as Juntas insurreccionais dissolvidas. Mas é também a hora dos ajustes de contas. Os franceses evacuam Almeida escoltados pelos britânicos. Tinham-se recusado a entregar-se aos portugueses com medo de represálias. A 1ª invasão havia terminado. Para trás deixara um país destroçado pela guerra, dizimado pelas pilhagens, arruinado e desorientado, já que o vazio político deixado pela partida do Príncipe Regente, assim como os conflitos que se viviam no seio da classe política portuguesa, colocavam o reino à beira do caos, mergulhado numa profunda crise. A situação no que diz respeito ao armamento era de escassez quase absoluta o que obrigará Portugal a depender da Grã-Bretanha para equipar o exército. Há muitos donativos de particulares, corporações, cidades, etc. mas a escassez de quadros no exército é enorme e terá que ser compensada com oficiais britânicos. Há que criar tudo de raiz. Miguel Pereira Forjaz, Secretário da Guerra e Negócios Estrangeiros, será determinante no renascimento da defesa nacional; recrutamento, abastecimento, organização, por tudo zelará num esforço e numa corrida contra-relógio para dotar o país com um mínimo de condições de defesa. O exército é reorganizado pelo decreto de Maio de 1806 e divide-se em norte (Bernadim) e sul (Marquês de Olhão). São criados os batalhões de caçadores.

No Brasil entretanto, D. João resolve passar à ofensiva. Seria uma forma de retaliação pelo que se estava a passar na Europa. Quer contra domínios espanhóis (que não se vieram a concretizar), quer contra domínios franceses. A Guiana francesa é o alvo. A ofensiva inicia-se em finais de Outubro e decorre até inícios de Janeiro. O comando estava entregue ao tenente-coronel Manuel Marques. 12 navios e cerca de 800 homens. De caminho foram capturadas embarcações francesas e incorporadas na força enviada. A campanha termina a 12 de Janeiro de 1809. A Guiana seria devolvida no final do conflito.

Em Outubro, Moore, o novo comandante britânico em Portugal avança para Espanha com 20.000 homens, deixando 10.000 em Portugal. Moore não acredita que seja possível defender Portugal e pensa que será fácil bater as forças francesas no país vizinho. Mas o apoio espanhol é escasso e Napoleão em pessoa vem até Espanha com reforços. A ofensiva de Moore é um fracasso vendo-se obrigado a fazer uma retirada penosa até à Corunha. Ao contrário de Moore, Wellington acredita na defesa de Portugal, ou melhor, no porto de Lisboa e na cidade, que era o que verdadeiramente contava para os britânicos. O falhanço da expedição de Moore leva a que o apoio britânico se vire decididamente para Portugal em detrimento da Espanha.

Em 2 de Dezembro os últimos franceses abandonam Portugal. Era a guarnição de Elvas. Sempre protegidos pelos britânicos antes de embarcarem fazem uma parada para comemorar o 3º aniversário de Austerlitz...

Ao terminar o ano existe um receio real de que os invasores voltem. Como pelo recrutamento normal não se estavam a conseguir reunir as forças necessárias a solução encontrada é radical: um decreto em que se mobiliza e arma toda a nação. Arma-se toda a gente e quem não se armasse era ameaçado com pena de morte e as povoações que deixassem entrar o inimigo sem se defenderem

seriam arrasadas! Ao mesmo tempo reorganizam-se as Milícias. Existe a percepção de que o conflito será longo.

A máxima de Napoleão de que a guerra deve sustentar a guerra produziu saques e roubos por parte das tropas e comandantes franceses, umas vezes para lucro pessoal e outras para a sobrevivência do exército. As tropas napoleónicas não estavam preparadas nem táctica nem estrategicamente para o tipo de conflito e de resistência que viriam a encontrar na Península Ibérica. A Grã-Bretanha auxiliou por dever mas sobretudo por interesse. Mas nunca poderiam fazer de Portugal o seu campo entrincheirado se não fosse a dedicação e o esforço do povo português. FOI UM CONFLITO ESSENCIALMENTE POPULAR.

## CRONOLOGIA

### 1806

19 de Maio – . Decreto que reorganiza o Exército Português. As Unidades militares passam a designar-se por números

21 de Novembro – Napoleão promulga os decretos de Berlim ordenando o fecho dos portos europeus à navegação britânica (Bloqueio Continental).

### 1807

19 de Julho – Ultimato a Portugal para aderir ao Bloqueio Continental.

12 de Agosto – A França exige que Portugal declare guerra à Inglaterra até 1 de Setembro.

30 de Agosto – Em Lisboa é aprovado o projecto de retirar a Corte para o Brasil.

30 de Setembro – Os ministros de Espanha e França abandonam Lisboa.

17 de Outubro – Junot recebe ordens de iniciar a invasão de Portugal.

27 de Outubro – Espanha e França assinam o tratado de Fontainebleau.

30 de Outubro – Numa tentativa de afastar a ameaça francesa, D. João declara guerra à G. Bretanha

16 de Novembro – Aviso régio para que se guardem as pratas das igrejas.

17 de Novembro – Junot faz em Alcântara (Espanha) um proclamação ao povo português com promessas de amizade mas duras ameaças em caso de resistência.

19 de Novembro – O exército de Junot cruza a fronteira portuguesa pela ponte de Segura.

24 de Novembro – Franceses chegam a Abrantes.

26 de Novembro – decreto do Príncipe Regente D. João nomeando os governadores do reino.

27 de Novembro – A Corte portuguesa embarca na esquadra que a levará para o Brasil.



29 de Novembro – A esquadra sai finalmente a barra do Tejo.

29 de Novembro – Junot chega a Sacavém. Personalidades ligadas à Regência, À Academia das Ciências e à Maçonaria dirigem-se a Sacavém para pedir a “protecção” de Junot.

30 de Novembro – Junot entra em Lisboa.

13 de Dezembro – A rebelião rebenta em Lisboa ao ser substituída a bandeira nacional pela francesa no castelo de S. Jorge.

22 de Dezembro – Decreto de Junot reduzindo o nº de regimentos no exército português.

23 de Dezembro – Decreto assinado em Milão no qual Napoleão impõe uma contribuição de 40 milhões de cruzados para resgate das propriedades dos particulares.

24 de Dezembro – Ocupação da Madeira pelos Britânicos.

## **1808**

11 de Janeiro – Decreto de Junot dissolvendo as Milícias.

21 de Janeiro – A Corte chega ao Brasil.

27 de Janeiro – Carta Régia que abre os portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas.

01 de Fevereiro – decreto de Junot declarando que o “reino de Portugal seria governado por ele (Junot) em nome de Sua Majestade o Imperador dos franceses e Rei de Itália.

10 de Fevereiro – Decreto de Junot desarmando e dissolvendo as Ordenanças.

19 de Fevereiro – Tratado de aliança e comércio entre Portugal e a Grã-Bretanha.

20 de Fevereiro – Decreto de Junot organizando a Legião Portuguesa a seguir para França.

23 de Fevereiro – Ordem escrita de Junot escolhendo os notáveis para se deslocarem a Bayonne a fim de prestarem público testemunho de fidelidade a Napoleão.

16 de Março – A Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão parte para França.

16 de Março – Convenção regulando as relações da Madeira com as autoridades britânicas.

19 de Março – Carlos IV de Espanha abdica do trono.

6 de Abril – Napoleão concede o título de Duque de Abrantes a Junot.

2 de Maio – Revolta em Madrid.

4 de Junho – Revoltas em Chaves e Bragança.

06 de Junho – Revolta no Porto.

10 de Junho – O Príncipe Regente declara guerra à França.

16 de Junho – Motins em Lisboa.

18 de Junho – Combate de Quelfes (Olhão).

19 de Junho – Forma-se no Porto a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino.

21 de Junho – Franceses obrigados a recuar em Mesão Frio. Saque da Régua.

22 de Junho – Revolta em Coimbra.

26 de Junho – Beja atacada e saqueada.

27 de Junho – O forte de Santa Catarina (Figueira da Foz), é tomado pelas forças portuguesas.

30 de Junho – Leiria libertada.

5 de Julho – Margaron ataca Leiria.

13 de Julho – Ordem, Instruções e Plano para a Organização do Exército.

15 de Julho – Os franceses atacam e saqueiam a Nazaré.

16 de Julho – Forças portuguesas cercam Almeida.

21 de Julho – O exército francês de Dupont é derrotado em Bailén.

23 de Julho – Wellington reúne-se com a Junta do Porto.

29 de Julho – Combate de Évora.

01 de Agosto – O exército britânico começa a desembarcar em Lavos, perto da Figueira da Foz.

17 de Agosto – Forças portuguesas reconquistam Abrantes.

17 de Agosto – Combate da Roliça.

20 de Agosto – Reforços britânicos desembarcam em Porto Novo.

21 de Agosto – Batalha do Vimeiro.

22 de Agosto – Assinado o armistício entre franceses e britânicos.

30 de Agosto – Assinada a Convenção de Sintra.

15 de Setembro – Os franceses começam a evacuar Portugal.

18 de Setembro – Restaurada a Regência do Reino. Juntas insurreccionais são dissolvidas.

21 de Setembro – O caíque Bom Sucesso chega ao Rio de Janeiro com a notícia da revolta em Portugal. Tinha saído de Olhão a 16 de Junho.

30 de Setembro – Edital que ordena a reorganização do exército português.

14 de Outubro – Decreto que estabelece a reorganização do exército pelo de 19 de Maio de 1806. São criados os batalhões de Caçadores.

26 de Outubro – Neves Costa dirige uma carta à Regência do Reino chamando a atenção para a importância do terreno a Norte de Lisboa.

2 de Dezembro – As últimas tropas francesas abandonam Portugal.

11 de Dezembro – Decreto em que se mobiliza e arma toda a Nação.

20 de Dezembro – Decreto que reorganiza as Milícias. Pretendem-se 48 regimentos num total de 50.000 homens.

## **ANEXOS**

### **ORDEM DE BATALHA – ROLIÇA**

Forças Francesas – Gen. Henri Delaborde

Cavalaria

- 1/26º Caçadores a Cavalos

Artilharia

- 5 Peças

Infantaria – Gen. Brenier

- 2 Batalhões Infantaria Ligeira
- 2 Batalhões Infantaria de Linha
- 2 Companhias Infantaria Suíça

Total – 4350

Forças Portuguesas – Tenente-Coronel Trant

Cavalaria

- 6º Regimento (104)
- 11º Regimento (50)
- 12º Regimento (104)
- Guarda Real de Polícia (41)

Infantaria

- 12º Regimento (605)
- 21º Regimento (605)
- 24º Regimento (304)
- Caçadores do Porto (569)

#### Artilharia

- 4º Regimento (210)

Total – 2592

Forças Britânicas – Gen. Arthur Wellesley

#### Cavalaria

- 20º Dragões

#### Artilharia

- 13 Peças de 6 e 3 Obuses

#### Infantaria

- 29º Regimento Infantaria Ligeira
- 36º Regimento Infantaria Ligeira
- 91º Regimento Infantaria Ligeira
- 11 Batalhões Infantaria Ligeira
- 4 Companhias “Rifles”

Total – 13.307

### **ORDEM DE BATALHA – VIMEIRO**

Forças Portuguesas – Tenente-Coronel Trant

#### Cavalaria

- 6º Regimento (104)
- 11º Regimento (50)
- 12º Regimento (104)
- Guarda Real de Polícia (41)

#### Infantaria

- 12º Regimento (605)
- 21º Regimento (605)
- 24º Regimento (304)
- Caçadores do Porto (562)

Artilharia

- 4º Regimento (210)

Total – 2585

Forças Francesas – General Andoche Junot

1ª Divisão - Delaborde

Brigada Brennier

- 2 batalhões de Infantaria Ligeira
- 2 batalhões de Infantaria de Linha
- 1 Regimento provisório de Dragões

Brigada Thomière

- 2 batalhões de Infantaria de Linha
- 2 companhias de Infantaria Suíça

2ª Divisão - Loison

Brigada Solignac

- 2 batalhões de Infantaria Ligeira
- 1 batalhão de Infantaria de Linha

Brigada Charlot

- 2 batalhões de Infantaria de Linha

Reserva - Kellermann

- 4 batalhões de Granadeiros

Cavalaria – Gen. Margaron

- 1 Regimento provisório de Caçadores a cavalo
- 2 Regimentos provisórios de Dragões
- Esquadrão de Voluntários

Artilharia – Gen. Taviel

- 23 bocas de fogo

Total – 13.000 a 14.000

Forças Britânicas – General Arthur Wellesley

Infantaria

1ª Brigada – Hill

- 3 batalhões de Infantaria

2ª Brigada – Ferguson

- 36º Regimento Infantaria
- 2 batalhões Infantaria

3ª Brigada – Nightingall

- 29º Regimento de Infantaria
- 1 batalhão de Infantaria

4ª Brigada – Bowes

- 2 batalhões de Infantaria

5ª Brigada – Craufurd

- 91º Regimento de Infantaria
- 1 batalhão de Infantaria

6ª Brigada – Fane

- 1 batalhão de Infantaria
- 1 batalhão “Rifles”
- 4 companhias “Rifles”

7ª Brigada – Anstruther

- 4 batalhões de Infantaria

8ª Brigada – Acland

- 2º Regimento de Infantaria
- 7 companhias de Infantaria
- 2 companhias “Rifles”

Cavalaria

- 20º Regimento de Dragões – Tenente-coronel Taylor

Artilharia – Coronel Robe

- 16 a 18 bocas de fogo

Total – 16.000 a 17.000

## BIBLIOGRAFIA

- Azeredo, Carlos de, *Aqui não Passaram: O Erro Fatal de Napoleão*, Porto, Civilização Editora, 2005.
- Boppe, M.P., *La Legion Portugaise (1807-1813)*, Paris, Berger-Levrault, 1897.
- Borges, João Vieira, *A Artilharia na Guerra Peninsular*, Lisboa, Editora Tribuna, 2009.
- Buttey, David, *Wellington contra Massena: A Terceira Invasão de Portugal 1810-1811*, Lisboa, Gradiva, 2008.
- Cardoso, Rui, *Invasões Francesas 200 Anos-Mitos, Histórias e Protagonistas*, Lisboa, INCM, 2011.
- Centeno, João, *O Exército Português na Guerra Peninsular: Col. I – Do Rossilhão ao fim da Segunda Invasão Francesa*, Lisboa, Prefácio, 2008.
- Chartrand, René, *Bussaco 1810: Wellington defeats Napoleon`s Marshals*, Oxford, Osprey, 2001.
- Glover, Michael, *The Peninsular War 1807-1814*, Londres, Penguin Books, 1974.
- Glover, Michael, *Wellington as Military Commander*, Penguin Books, Londres, 1968.
- Malyn, Newitt, *Lord Beresford and British Intervention in Portugal 1807-1820*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2004.
- Martelo, David, *Os Caçadores: Os Galos de Combate do Exército de Wellington*, Lisboa, Tribuna, 2007.
- Neves, José Acúrsio, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, s.d.
- Pereira, José Rodrigues, *A Marinha Portuguesa na Época de Napoleão Vol. II*, Lisboa, Tribuna, 2005.
- Pivka, Otto von, *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars*, Oxford, Osprey, 1977.
- Reid, Stuart, *Wellington`s Army in the Peninsula 1808-1814*, Oxford, Osprey, 2004.
- Robertson, Ian C., *Wellington at War in the Peninsula*, Barnsley, Pen & Sword Books, 2000.
- Selvagem, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1931.
- Soriano, Simão Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal...1777-1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890.
- Sousa, Maria Leonor Machado de, *A Guerra peninsular em Portugal – Relatos Britânicos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.
- Ventura, António, *A Guerra das Laranjas*, Lisboa, Prefácio, 2004.